Mensagem nº 914

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka, assinado em Brasília, em 16 de setembro de 2008.

Brasília, 20 de novembro de 2008.

00001.009557/2008-61

Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos/COLID
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
- CONFERE COM O ORIGINAL -
Eneide Rodrigues de Alcantara
Brasília-DF 23.10.08 H 20.08

EM No 00399 ABC/DAI/DAOC-I/MRE – BRAS SRIL

Brasília, 23 de outubro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka, assinado em Brasília, em 16 de setembro de 2008.

2. A assinatura desse instrumento atende à disposição de ambos os Governos de desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo de forma a estimular o progresso e o desenvolvimento dos dois países.

3. A cooperação técnica prevista no documento poderá envolver instituições do setor público e privado, assim como organizações não-governamentais de ambos os países.

4. Com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Poder Legislativo, submeto a Vossa Excelência o projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, juntamente com as cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

É CÓPIA AUTÊNTICA
Ministério das Relações Exteriores
Brasília, 14 de 10 de 2008
Chefe da Divisão de Atos Internacionais

ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA SOCIALISTA DO SRI LANKA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Democrática Socialista do Sri Lanka
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Determinados em reforçar as relações de amizade e de cooperação entre os dois povos;

Considerando o interesse mútuo em estimular o desenvolvimento sócio-econômico de seus respectivos países;

Convencidos da necessidade de dar ênfase ao desenvolvimento sustentável;

Reconhecendo as vantagens recíprocas resultantes da cooperação técnica em áreas de interesse comum;

Desejosos de desenvolver a cooperação que estimule o progresso técnico;

Acordam o seguinte:

Artigo I

O presente Acordo Básico de Cooperação Técnica, doravante denominado "Acordo", tem por objeto promover a cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas Partes Contratantes e, mutuamente, atuar em prol do desenvolvimento econômico e social dos respectivos países.

Artigo II

1. Os programas e projetos de cooperação técnica serão implementados por meio de Ajustes Complementares.

2. Igualmente por meio de Ajustes Complementares, serão definidos as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os componentes necessários à implementação dos mencionados programas e projetos.

3. Dos programas e projetos a serem desenvolvidos ao amparo do presente Acordo, poderão participar instituições dos setores público e privado, assim como organismos internacionais, conforme acordado por meio de Ajustes Complementares.

4. As Partes Contratantes contribuirão, em conjunto ou separadamente, para a implementação dos programas e projetos aprovados, bem como poderão buscar financiamento de organizações internacionais, fundos, programas internacionais e regionais e outros doadores, sujeito às leis e aos regulamentos de ambas as Partes Contratantes.

Artigo III

1. As Partes Contratantes deverão instituir uma comissão conjunta, que será constituída por representantes designados pelas duas Partes Contratantes. Os representantes das Partes Contratantes deverão convocar reuniões periódicas, a fim de lidar com questões relacionadas com programas e projetos de cooperação técnica, tais como a:

a) avaliar e definir áreas comuns prioritárias nas quais seria viável a implementação de cooperação técnica;

b) estabelecer mecanismos e procedimentos a serem adotados pelas Partes Contratantes;

c) examinar e aprovar Planos de Trabalho;

d) analisar, aprovar e acompanhar a implementação dos programas e projetos de cooperação técnica; e

e) avaliar os resultados da execução dos programas e projetos implementados no âmbito deste Acordo.

2. O local e a data das reuniões serão acordados por via diplomática.

Artigo IV

Cada uma das Partes Contratantes garantirá que os documentos, informações e outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação deste Acordo não serão divulgados nem transmitidos a terceiros sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte Contratante.

Artigo V

Nos termos das disposições do presente acordo, bem como das respectivas leis e regulamentos, cada Parte Contratante deverá fornecer ao pessoal da outra Parte Contratante o necessário apoio logístico, relacionado com a sua acomodação, facilidades de transporte, o acesso às informações necessárias para a execução de suas tarefas específicas, bem como outras instalações a serem especificadas em Ajustes Complementares.

Artigo VI

1. Cada Parte Contratante concederá ao pessoal designado pela outra Parte Contratante para exercer suas funções no seu território, no âmbito do presente Acordo, bem como aos seus dependentes legais, quando for o caso, com base na reciprocidade de tratamento, desde que não se trate de brasileiros em território brasileiro ou estrangeiros com residência permanente no Brasil:

a) vistos, conforme as regras aplicáveis a cada Parte Contratante, solicitados por canal diplomático;

b) isenção de taxas aduaneiras e de outros impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais, durante os primeiros seis (6) meses de estada, com exceção de taxas relativas a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos, destinados à primeira instalação, sempre que o prazo de permanência legal no país anfitrião seja superior a um ano. Tais objetos deverão ser reexportados ao final da missão, a menos que os impostos de importação, dos quais foram originalmente isentos, sejam pagos;

c) isenção e restrição idênticas àquelas previstas na alínea "b" deste Artigo, quando da reexportação dos referidos bens;

d) isenção de impostos sobre renda quanto a salários a cargo de instituições da Parte Contratante que os enviou. No caso de remunerações e diárias pagas pela instituição que os recebe, será aplicada a legislação do país anfitrião, observados os acordos de bitributação eventualmente firmados entre as Partes Contratantes;

e) imunidade jurisdicional no que concerne aos atos de ofício praticados no âmbito deste Acordo; e

f) facilidades de repatriação em situações de crise.

2. A seleção do pessoal será feita pela Parte Contratante que o envie e deverá ser aprovada pela Parte Contratante que o recebe.

Artigo VII

O pessoal enviado de um país a outro, no âmbito do presente Acordo, deverá atuar em função do estabelecido em cada programa ou projeto e estará sujeito às leis e regulamentos vigentes no território do país anfitrião, ressalvado o disposto no Artigo VI do presente Acordo.

Artigo VIII

1. Os bens, equipamentos e outros itens eventualmente fornecidos por uma Parte Contratante à outra para a execução de programas e projetos desenvolvidos no âmbito deste Acordo, como definido e aprovado no respectivo Ajuste Complementar, serão isentos de taxas, impostos e demais gravames de importação e de exportação, com exceção daqueles relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

2. Ao término dos programas e projetos, todos os bens, equipamentos e demais itens que não tiverem sido doados à outra Parte Contratante pela que os forneceu serão reexportados com igual isenção de direitos de importação e exportação e outros impostos , com exceção de taxas e encargos relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

3. No caso da importação ou exportação de bens destinados à execução de programas e projetos desenvolvidos no âmbito do Acordo, a instituição pública encarregada da execução será responsável pelas medidas necessárias à liberação alfandegária dos referidos bens.

4. As questões relativas à isenção de taxas aduaneiras e de outros impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais deverão ser resolvidas em conformidade com as respectivas legislações nacionais e em observância às normas internacionais reconhecidas por ambas as Partes.

Artigo IX

1. Cada Parte Contratante notificará a outra, por via diplomática, do cumprimento das formalidades legais internas necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, que terá vigência a partir da data de recebimento da última dessas notificações.

2. O presente Acordo terá vigência de cinco (5) anos, e será automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes Contratantes manifeste, em qualquer tempo, por via diplomática, sua intenção de denunciá-lo. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após o recebimento da notificação.

3. Em caso de denúncia do presente Acordo, as Partes Contratantes deverão decidir conjuntamente sobre a continuidade ou não das atividades que se encontrem em execução.

4. O presente Acordo poderá ser emendado por mútuo consentimento das Partes Contratantes e as emendas entrarão em vigor nos termos do parágrafo primeiro deste Artigo.

Artigo X

1. O planejamento da cooperação técnica a ser implementada no âmbito do presente Acordo será consubstanciado em documentos de projetos que explicitem os objetivos almejados, a justificativa para sua implementação, o cronograma de execução, os custos estimados e as fontes de financiamento.

2. As Partes Contratantes deverão realizar acompanhamento periódico da execução dos programas e projetos de cooperação técnica implementados e avaliação de seu andamento.

Artigo XI

Qualquer controvérsia surgida da implementação ou da interpretação do presente Acordo deverá ser dirimida amigavelmente por meio de consultas por via diplomática.

Feito em Brasília, em 16 de setembro de 2008 , em dois (2) originais , nos idiomas português, cingalês e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA SOCIALISTA DO SRI LANKA
CELSO AMORIM **MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**	**ROHITTA BOGOLLAGAMA** **MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

බ්‍රසීල සමූහාණ්ඩු ජනරජයේ රජය හා

ශ්‍රී ලංකා ප්‍රජාතාන්ත්‍රික සමාජවාදී ජනරජයේ රජය

අතර

තාක්ෂණික සහයෝගිතාව පිළිබඳ මූලික ගිවිසුම.

(මින්මතු ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව ලෙස හැඳින්වෙන)

බ්‍රසීල සමූහාණ්ඩු ජනරජයේ රජය,

ශ්‍රී ලංකා ප්‍රජාතාන්ත්‍රික සමාජවාදී ජනරජයේ රජය හා

දෙරටේ ජනතාව අතර පවත්වන මිත්‍ර සබඳතා හා සහයෝගිතාව ශක්තිමත් කිරීමේ අධිෂ්ඨානයෙන් යුතුව ;

තම රටවල සමාජ ආර්ථික සංවර්ධනය අභිවර්ධනය කිරීම සඳහා අන්‍යෝන්‍ය සුබසිද්ධිය සැලසීම පිළිබඳ සැලකිල්ල යොමු කරමින් ;

තිරසාර සංවර්ධනය පිළිබඳ අවධාරණය කිරීමේ දැඩි අවශ්‍යතාව අවබෝධ කර ගනිමින් ;

පොදුවේ වැදගත් වන ක්ෂේත්‍ර සම්බන්ධයෙන් තාක්ෂණික සහයෝගිතව සැලසීම අන්‍යෝන්‍ය වශයෙන් ප්‍රතිලාභ ගෙන දෙන බව පසක් කර ගනිමින් ;

තාක්ෂණික ප්‍රගතිය ප්‍රබෝධනය කරන සහයෝගිතාවක් ඇති කිරීමේ අභිලාෂයෙන් ගිවිස ගනියි :

I වැනි වගන්තිය

මින්මතු 'ගිවිසුම' ලෙස හැඳින්වෙන තාක්ෂණික සහයෝගිතාව පිළිබඳ මෙම මූලික ගිවිසුම මගින් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව විසින් ප්‍රමුඛත්වය දෙන්නා වූ ක්ෂේත්‍ර සම්බන්ධයෙන් තාක්ෂණික සහයෝගිතාව ප්‍රවර්ධනය කිරීම සහ අදාළ රටවල සමාජ ආර්ථික සංවර්ධනය වෙනුවෙන් කටයුතු කිරීම ද අරමුණු කෙරෙයි :

II වැනි වගන්තිය

1. තාක්ෂණික සහයෝගිතා වැඩ සටහන් හා ව්‍යාපෘති අනුපූරක ගිවිසුම් හරහා ක්‍රියාත්මක කළ යුතුය.

2. ක්‍රියාත්මක කිරීමේ හා සම්බන්ධීකරණය කිරීමේ ආයතන සහ ඉහත සඳහන් කළ වැඩසටහන් සහ ව්‍යාපෘති ක්‍රියාත්මක කිරීම සඳහා වන අත්‍යවශ්‍ය අනුපූරක ගිවිසුම් මගින් ස්ථාපනය කරනු ඇත.

3. මෙම ගිවිසුම යටතේ වැඩ සටහන් හා ව්‍යාපෘති ඇතිකිරීම සඳහා අනුපූරක ගිවිසුම්වලට අනුකූලව රාජ්‍ය හා පෞද්ගලික අංශයේ ආයතන මෙන්ම ජාත්‍යන්තර සංවිධාන ද සහභාගි කරවා ගැනීම සම්බන්ධයෙන් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව සලකා බැලිය හැකිය.

4. ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව, ඒකාබද්ධව හා වෙන් වෙන්ව, අනුමත කරන ලද වැඩ සටහන් හා ව්‍යාපෘති ක්‍රියාත්මක කිරීමට දායක විය යුතු වන අතර මේ සඳහා, ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව රටවල් දෙකෙහි නීති රීතිවලට යටත්ව ජාත්‍යන්තර සංවිධාන, අරමුදල් කලාපීය හා ජාත්‍යන්තර වැඩ සටහන් සහ ආධාර ලබාදෙන අනෙකුත් තැනැත්තන් ගෙන් අවශ්‍ය මූල්‍යාධාර ලබාගැනීමට ප්‍රයත්න දැරිය යුතුය.

III වැනි වගන්තිය

(1.) ගිවිසුම්කාර දෙපර්ශ්වය මගින් නම් කළ නියෝජිතවරුන්ගෙන් සමන්විත ඒකාබද්ධ කමිටුවක් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව විසින් ස්ථාපනය කළ යුතුය. ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව, තාක්ෂණික සහයෝගිතාව පිළිබඳ වැඩ සටහන් හා ව්‍යාපෘතිවලට අදාළ පහත සඳහන් ගැටලු වැනි ගැටලු සම්බන්ධයෙන් කටයුතු කිරීම සඳහා වාරික රැස්වීම් පැවැත්විය යුතුය.

(අ) තාක්ෂණික සහයෝගිතාව ක්‍රියාවට නැංවීම සඳහා යෝග්‍ය පොදු ප්‍රමුඛතා පිළිබඳ අගැයීම හා නිර්ණය කිරීම ;

(ආ) ගිවිසුම්කාර දේපාර්ශ්වය මගින් ඇතිකළ යුතු යාන්ත්‍රණ හා පටිපාටි සැලසුම් කිරීම ;

(ඇ) කාර්ය සැලසුම් විමසා බැලීම හා අනුමත කිරීම ;

(ඈ) තාක්ෂණික සහයෝගිතා වැඩ සටහන් හා ව්‍යාපෘති විශ්ලේෂණය කිරීම, අනුමත කිරීම හා ඒවා පිළිබඳ වැඩිදුර කටයුතු කිරීම හා

(ඉ) මෙම ගිවිසුම යටතේ ක්‍රියාත්මක කෙරෙන වැඩ සටහන් හා ව්‍යාපෘති ක්‍රියාවට නැංවීමෙන් දක්වන ප්‍රතිඵල අගැයීම

(2). රැස්වීම් පවත්වන ස්ථානය හා දිනය පිළිබඳ ව තානාපති මාර්ග ඔස්සේ එකඟත්වයකට එළඹිය යුතුය.

IV වැනි වගන්තිය

එක් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්වයක් මෙම ගිවිසුම ක්‍රියාවට නංවද්දී ලබාගන්නා ලේඛන, තොරතුරු හා අනෙකුත් දත්ත, අනෙක් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්වයේ පූර්ව අනුමැතිය නොමැතිව තෙවැනි පාර්ශ්වයක් වෙත ලබාදීම හෝ යැවීම කිරීම නොකළ යුතුය.

V වැනි වගන්තිය

මෙම ගිවිසුමේ විධිවිධාන ප්‍රකාර හා ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්වවල අදාළ නීති රීතිවලට අනුකූලව එක් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්වයක් අනෙක් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්වයේ වෘත්තිකයන් හට අවශ්‍ය සහාය, නවාතැන් පහසුකම්, ප්‍රවාහන පහසුකම් ලබාදීම ඔවුන්ට පැවරුණු සුවිශේෂ කාර්යභාර ඉටුකිරීම සඳහා අවශ්‍ය තොරතුරු වෙත ප්‍රවේශය මෙන්ම අනුපූරක ගිවිසුම්වලින් විශේෂිතව දක්වා ඇති අනෙකුත් පහසුකම් සලසා දීම සිදු කළ යුතු වේ.

VI වැනි වගන්තිය

මෙම ගිවිසුම යටතේ එක් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්වයක දේශසීමාව තුළ යම් කාර්යභාරයක් ඉටුකිරීම සඳහා අනෙක් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්වයෙන් පත්කර ඇති වෘත්තිකයන් හා අවශ්‍ය තන්හි දී, ඔවුන්ගේ නිත්‍යානුකූල යැපෙන්නන් බ්‍රසීල දේශ සීමාවට අයත් වන්නන් හෝ බ්‍රසීලයේ ස්ථිර පදිංචිකරුවන් වන විදේශිකයින් නොවන්නේ නම්, ඔවුන්ට අන්‍යෝන්‍ය වශයෙන් සැලකිල්ල දැක්වීමේ පදනම මත පහත සඳහන් අවශ්‍යතා එක් එක් පාර්ශ්වය විසින් සපුරාලිය යුතුය.

(අ) ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්වලට පවත්නා හා අදාළ රීතිවලට අනුකූලව තානාපති මාර්ග ඔස්සේ ඉල්ලුම් කරන ලද වීසා බලපත්

(ආ) සත්කාරක රාජ්‍ය තුළ නීත්‍යානුකූලව නැවතී සිටින කාලය අවුරුද්දකට වැඩි වන අවස්ථාවක දී, සත්කාරක රටට පැමිණ මුල් හය මස තුළ භාවිතය සඳහා ආනයනය කරන පෞද්ගලික බඩු භාණ්ඩ සඳහා වූ බදු හා තීරු බදු ගබඩා කිරීම, ප්‍රවාහණය හෝ ප්‍රථම වරට සවිකිරීම සඳහා වූ වෙනත් සේවාවන් වලට අදාළ බදු නොවේ නම්, එම ආනයනයන් බදු හා තීරු බදු වලින් නිදහස් කළ යුතුය.

(ඇ) මෙම වගන්තියේ "ආ" අයිතමය යටතේ ලබාදිය යුතු බදු නිදහස එම භාණ්ඩ අපනයනය කිරීමේ දී ද එම ආකාරයෙන්ම ලබාදිය යුතුය.

(ඈ) ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්වයන් විසින් එවන ලද වෘත්තිකයින්ට අදාළ ආයතන වලින් ගෙවනු ලබන වැටුප් බදු වලින් නිදහස් කළ යුතුය. සත්කාරක ආයතන විසින් ගෙවනු ලබන පාරිතෝෂිකයන් හා දෛනික දීමනා සම්බන්ධයෙන් සත්කාරක රටේ නීතිය අදාළ විය යුතු අතර, දෙපාර්ශ්වය අතර අත්සන් කරන ලද දෙවරක් බදු අය කිරීම පිළිබඳ ගිවිසුම්වලට අනුකූලව කටයුතු කළ යුතුය.

(ඉ) මෙම ගිවිසුමේ වගන්තීන් යටතේ කරන කටයුතු බදු වලින් නිදහස් විය යුතුය.

(ඊ) අර්බුද අවස්ථාවල දී සියරට බලා යාමට පහසුකම් සලසා දිය යුතුය.

2. වෘත්තිකයින් ලබාගන්නා පාර්ශ්වයේ අනුමතියට යටත්ව වෘත්තිකයින් එවන පාර්ශ්වය විසින් ඔවුන් තේරිය යුතුය.

VII වැනි වගන්තිය

මෙම ගිවිසුමට අනුව, එක් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්වයක් විසින් අනෙක් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්වගේ දේශයට එවන ලද පුද්ගලයන්, එක් එක් වැඩ සටහනක හෝ ව්‍යාපෘතියක කොන්දේසි ප්‍රකාරව කටයුතු කළයුතු වන අතර මෙම ගිවිසුමේ VI වැනි වගන්තියේ ප්‍රකාශ කෙරෙන ව්‍යාතිරේක ද සැලකිල්ලට ගනිමින් සත්කාරක රටේ නීති රෙගුලාසිවලට යටත් කළ යුතු වන්නේය.

VIII වැනි වගන්තිය

1. මෙම ගිවිසුමේ කොන්දේසි යටතේ ආරම්භ කළ වැඩ සටහන් හා ව්‍යාපෘති ක්‍රියාත්මක කිරීම සඳහා අදාළ අනුපූරක ගිවිසුම මගින් අර්ථකථනය කරන හා එක් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්වයක් විසින් අනෙක් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්වය වෙත ලබාදෙනු ලබන භාණ්ඩ, උපකරණ සහ අනෙකුත් බඩු භාණ්ඩ, ආනයන හා අපනයන බදු, තීරු බදු හා අනෙකුත් අයකිරීම් වලින් නිදහස් කළ යුතු වේ. ගබඩා කිරීම, ප්‍රවාහනය සහ මේ හා සමාන අනෙකුත් සේවා පිරිවැය සඳහා මෙය අදාළ නොවේ.

2: වැඩ සටහන් හා ව්‍යාපෘති අවසානයේ දී, මෙම භාණ්ඩ උපකරණ සහ අනෙකුත් බඩු භාණ්ඩ ලබාගත් පාර්ශ්වය වෙත පරිත්‍යාග කරන්නේ නම් මිස ඉහත සඳහන් කළ දෑ නැවත අපනයනය කළ යුතුය. එසේ කිරීමේ දී ද ඉහත ආනයන හා අපනයන බදු හා තීරු බදු, වලින් නිදහස් කළ යුතුය. ගබඩා කිරීම, ප්‍රවාහනය හා මීට සමාන වෙනත් සේවා සඳහා පිරිවැය හා අදාළ බදු සඳහා මෙය අදාළ නොවේ.

3. වැඩ සටහන් සහ ව්‍යාපෘති ක්‍රියාත්මක කිරීමේ දී භාවිත කළ මෙම ගිවිසුමේ විෂය පථය යටතේ එන බඩු බාහිරාදිය ආනයන හා අපනයනය කරන කල්හි, ක්‍රියාත්මක කිරීම සඳහා වගකීම දැරූ රාජ්‍ය ආයතනය, මෙම බඩු බාහිරාදිය තීරු බදුවලින් නිදහස් කිරීමට අවශ්‍ය පියවර ගත යුතුය.

4. තීරු බදු වලින් නිදහස් කිරීම සහ පෞද්ගලික ද්‍රව්‍ය ආනයනය කිරීම සම්බන්ධව අනෙකුත් බදු හා අදාළ ගැටලු වලට අදාළ දේශීය නීතිකරණය සහ දෙපාර්ශ්වය විසින්ම පිළිගත් ජාත්‍යන්තර නීති ප්‍රකාරව විසඳා ගත යුතුය.

IX වැනි වගන්තිය

1. මෙම ගිවිසුම බලාත්මක වීම සඳහා අවශ්‍ය දේශීය නෛතික අවශ්‍යතා සපුරා ඇති බව එක් එක් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්වය අනෙක් ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්වය වෙත රාජ්‍යතාන්ත්‍රික මාර්ග ඔස්සේ දැනුම් දිය යුතුය. ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව දෙකම මෙසේ දැනුම් දී අවසාන වූ දිනයේ පටන් මෙම ගිවිසුම බලාත්මක වනු ඇත.

2. මෙම ගිවිසුම අවුරුදු 5(පහක) කාලසීමාවක් සඳහා වලංගුව පවතින අතර ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව දෙකෙන් කුමන හෝ එක් පාර්ශ්වයක් අනෙක් පාර්ශ්වය වෙත, ඕනෑම අවස්ථාවක, මෙම ගිවිසුම අවසන් කිරීමට තමන් ගත් තීරණය රාජ්‍යතාන්ත්‍රික මාර්ග ඔස්සේ දැනුම් නොදෙන්නේ නම් සමාන අනුයාත කාල පරිච්ඡේදවලින් අඛණ්ඩ ලෙස මෙය අළුත්වනු ඇත. මෙම ගිවිසුම පවාරණය වන්නේ මෙම නිවේදනය ලැබී මාස 6 (හයක) කාලසීමාවකින් පසුවය.

3. මෙම ගිවිසුම පවාරණය කරන කල්හි, මෙම ගිවිසුම යටතේ ක්‍රියාත්මක කළ ක්‍රියාකාරකම් අඛණ්ඩව සිදු කිරීමට ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව අන්‍යෝන්‍ය වශයෙන් තීරණය කළ යුතුය.

4. ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්වවල අන්‍යෝන්‍ය කැමැත්ත අනුව මෙම ගිවිසුම සංශෝධනය කළහැකි වන අතර එම සංශෝධන, මෙම ගිවිසුමේ පළමු ඡේදයේ දක්වා ඇති පරිදි බලාත්මක කළ යුතුය.

X වැනි වගන්තිය

1. මෙම ගිවිසුමේ කොන්දේසි යටතේ ක්‍රියාත්මක කිරීමට නියමිත තාක්ෂණික සහයෝගිතා කටයුතු සැලසුම් කිරීම, අරමුණු කරගත් ඉලක්ක, එය ක්‍රියාත්මක කිරීමේ අධිකරණ බලසීමාව, කාලසටහන ක්‍රියාත්මක කිරීම, ඇස්තමේන්තු ගත පිරිවැය සහ අරමුදල් සපයා ගන්නා මාර්ග ප්‍රකාශ කෙරෙන ව්‍යාපෘති ලේඛනවල තහවුරු කෙරේ.

2. ගිවිසුම්කාර පාර්ශ්ව ක්‍රියාත්මක කළ තාක්ෂණික සහයෝගිතා වැඩ සටහන් හා ව්‍යාපෘතිවල ක්‍රියාකාරිත්වය කලින් කලට සොයා බැලිය යුතු අතර ඒවායේ ප්‍රගතිය පිළිබඳව ඇගයීමට ලක් කළ යුතුය.

XI වැනි වගන්තිය

මෙම ගිවිසුම ක්‍රියාත්මක කිරීමේ දී හෝ අර්ථකථනය කිරීමේ දී හෝ යම් ආරවුලක් පැන නැගුනහොත්, රාජ්‍යතාන්ත්‍රික මාර්ග ඔස්සේ සාකච්ඡා මාර්ගයෙන් මිත්‍රශීලීව සමථයකට පත්කර ගත යුතුය.

මුල් පිටපත් දෙකක් (2) ක් බැගින් තුබා සිංහල, පෘතුගීසි හා ඉංග්‍රීසි භාෂාවලින්, පිටපත් දෙකම එකසේ සත්‍යවත් වන ආකාරයෙන් 2008 සැප්තැම්බර් මස 16 වැනි දින බ්‍රසීලියා දී අත්සන් තබන ලදී.

අර්ථ නිරූපණය පිළිබඳ ගැටළුවක් මතුවන විට ඉංග්‍රීසි පිටපත බලාත්මක වනු ලැබේ.

බ්‍රසීල සමූහාණ්ඩු ජනරජයේ
රජය වෙනුවට

ශ්‍රී ලංකා ප්‍රජාතාන්ත්‍රික සමාජවාදී
ජනරජයේ රජය වෙනුවට

BASIC AGREEMENT ON TECHNICAL COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE DEMOCRATIC SOCIALIST REPUBLIC OF SRI LANKA

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Democratic Socialist Republic of Sri Lanka
(hereinafter referred to as "Contracting Parties"),

Determined to strengthen the existing ties of friendship and cooperation between their peoples;

Considering the mutual interest in fostering the socioeconomic development of their respective countries;

Convinced of the urgency to lay emphasis on sustainable development;

Recognizing the reciprocal advantages of technical cooperation in areas of common interest;

Desiring to develop cooperation which stimulates technical progress;

Hereby agree as follows:

Article I

The present Basic Agreement on Technical Cooperation, hereinafter referred to as "Agreement", aims to promote technical cooperation in the areas given priority by the Contracting Parties and, mutually, act on behalf of the social and economic development of respective countries.

Article II

1. The programs and projects of technical cooperation shall be implemented through Complementary Agreements.

2. The executing and coordinating institutions and the necessary input for the implementation of above-mentioned programs and projects shall be as well established through Complementary Agreements.

3. To develop the programs and projects under this Agreement, the Contracting Parties may consider the participation of public and private sector institutions, as well as international organizations, in accordance with the Complementary Agreements.

4. The Contracting Parties shall, jointly or separately, contribute to implement the approved programs and projects, and for this purpose endeavor to seek the necessary financing from international organizations, funds, regional and international programs and other donors, subject to the laws and regulations of both Contracting Parties.

Article III

1. The Contracting Parties shall establish a joint committee which shall consist of the representatives designated by the two Contracting Parties. The representatives of the Contracting Parties shall convene periodic meetings in order to deal with issues related to programs and projects on technical cooperation such as:

a) to evaluate and determine common priority areas suitable for the implementation of technical cooperation;

b) to devise mechanisms and procedures to be adopted by both Contracting Parties;

c) to examine and approve the Work Plans;

d) to analyze, approve and follow-up the implementation of the technical cooperation programs and projects; and

e) to evaluate the results of the execution of the programs and projects implemented under the terms of this Agreement.

2. The venue and the date of the meetings shall be agreed upon through diplomatic channels.

Article IV

Each Contracting Party shall guarantee that the documents, information and other data obtained during the course of the implementation of this Agreement shall neither be released nor transmitted to third parties without previous consent, in writing, of the other Contracting Party.

Article V

In terms of the provisions of this Agreement and their respective laws and regulations each Contracting Party shall provide the personnel of the other Contracting Party, with the necessary logistical support related to their accommodation, facilities of transportation, access to the information required to carry out their specific tasks, as well as other facilities to be specified on Complementary Agreements.

Article VI

1. Each Contracting Party shall grant the personnel appointed by the other Contracting Party to accomplish their tasks in its territory, under this Agreement, as well as to their legal dependants, when necessary, based upon the reciprocity of treatment, provided that it does not encompass Brazilians in Brazilian territory or foreigners with permanent residence in Brazil:

a) visas, according to existing applicable rules of the Contracting Parties, requested through diplomatic channels;

b) exemption from taxes and other duties on importation of personal belongings, during the first six (6) months from the arrival date, provided that it does not constitute any tax related to storage, transportation or other similar services, needed for a first installation, when the period of legal stay in the host country exceeds one year. Those objects shall be re-exported at the end of the mission, unless the importation taxes, from which they had been exempted, are paid;

c) identical exemption to that above-mentioned in item "b" of this Article, when the same goods are being re-exported;

d) exemption from taxes on salaries paid to the personnel by the institutions from the Contracting Party which sent them. In the case of remuneration and daily allowances paid by the host institutions, the law of the host country shall be applied, complying with double-taxation agreements which may have been signed between the Contracting Parties;

e) immunity from legal process in respect of actions carried out under the terms of this Agreement; and

f) repatriation facilities on crisis situation.

2. The sending Contracting Party shall select the personnel subject to the approval of the receiving Contracting Party.

Article VII

The personnel sent to the territory of the other Contracting Party, in connection with the present Agreement, shall act in accordance with the terms of each program or project, and shall be subject to the laws and regulations of the host country, with the exceptions expressed in Article VI of the present Agreement.

Article VIII

1. Goods, equipment and other items that may be provided by one Contracting Party to the other for the execution of programs and projects developed under the terms of this Agreement, as defined and approved in the respective Complementary Agreement, shall be exempted from import and export taxes, duties and other charges, except for expenses of storage, transportation and similar services.

2. At the end of the programs and projects, the above-mentioned goods, all equipment and other items, unless they are donated to the receiving Contracting Party, shall also be re-exported with the same exemption from import and export taxes and duties, except for taxes related to expenses of storage, transportation and similar services.

3. In case of importation or exportation of goods intended for the execution of programs and projects, developed in the scope of this Agreement, the public institution in charge of the execution shall take the necessary measures for the customs liberation of the goods.

4. The issues related to customs tax exemption and other taxes over importation of personal objects shall be solved according to the respective national legislation and to the international laws recognized by both Pparties.

Article IX

1. Each Contracting Party shall notify the other of the fulfillment of its internal legal requirements, required for the entry into force of this Agreement, through diplomatic channels. This Agreement shall enter into force on the date of the receipt of the last notification.

2. The present Agreement is valid for a period of five (5) years and shall be renewed automatically for successive periods of equal duration, unless one of the Contracting Parties informs the other, at any time, through diplomatic channels, of its decision to denounce it. Termination shall be effective six (6) months after the receipt of the notification.

3. In case of termination of this Agreement, the Contracting Parties shall jointly decide on the continuation of activities under execution.

4. The present Agreement may be amended by mutual consent of the Contracting Parties and its amendments shall enter into force as outlined in the first paragraph of this Article.

Article X

1. The planning of the technical cooperation to be implemented under the terms of this Agreement will be consolidated on project documents that make explicit the aimed goals, the justification for its implementation, the execution chronogram, the estimated costs and the sources of financing.

2. The Contracting Parties shall periodically follow up the execution of the implemented technical cooperation programs and projects and evaluate their progress.

Article XI

Any dispute arising as a result of the implementation or interpretation of this Agreement shall be settled amicably by consultations through diplomatic channels.

Done in duplicate in Brasilia, on the 16th of September in the year of 2008, in the Portuguese, Sinhala and English languages, all texts being equally authentic. In case of any divergence of interpretation the English text shall prevail.

FOR THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL	FOR THE GOVERNMENT OF THE DEMOCRATIC SOCIALIST REPUBLIC OF SRI LANKA